

Eleições para o ANDES-SN: VOTO NULO em defesa da real independência de nosso sindicato em relação aos governos e aos capitalistas

DUAS CHAPAS ABERTAMENTE GOVERNISTAS

As eleições para nosso sindicato nacional, o ANDES-SN, ocorrerão em 10 e 11 maio deste ano. Conseguiram inscrever-se três chapas, das quais duas são abertamente governistas.

A Chapa 1, “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”, é a chapa da atual direção política do sindicato. É dirigida por militantes do PSOL e PCB, e é a principal responsável pelas últimas Campanhas salariais da categoria nos últimos anos, levando a um arrocho salarial crescente. Neste ano, não organizou a categoria, caindo no mesmo canto da sereia de “negociação” com o governo federal. Em janeiro, festejou a vitória de Lula/Alckmin, com muita parabenização. Antes, já havia, no segundo turno de 2022, mesmo sem decisão das assembleias docentes ou de algum CONAD, chamar o voto em Lula/Alckmin. Obviamente, quando a “mesa de negociação” com o funcionalismo foi aberta em fevereiro, considerou que era a “volta” do “diálogo”, perdido com os anos de Bolsonaro. Mas o governo não queria realmente negociar. Apresentou os índices de reajuste que já aventava desde a PEC da Transição. Colocou também uma “granada” no bolso das direções sindicais do funcionalismo, indicando que não haveria reajuste retroativo e que até mesmo os 9% exigiriam projeto a ser tramitado no Congresso. A direção do ANDES-SBN, a toque de caixa, por meio de Circular, na primeira semana de março, pediu que as seções sindicais realizassem assembleia entre 11 a 15 do mesmo mês, para “decidir” sobre os termos do acordo com o governo. Nem 1/3 das universidades conseguiram realizar as assembleias e, por “maioria”, aprovaram o reajuste que preserva o arrocho salarial. Estes métodos e esta política de conciliação com o governo é que marcam a atual direção, e marcam seu governismo, por mais “independência” que a chapa queira declarar em textos.

A Chapa 3, RENOVA ANDES, é a chapa dos petistas e de seus aliados, conformada, sobretudo, pela corrente “O Trabalho”. É a chapa dos que buscam, há anos, tornar o sindicato nacional em extensão dos governos petistas. Com o fracasso organizativo do PROIFES, voltaram-se nos últimos anos para o ANDES-SN novamente. Não escondem que querem apoiar o governo. Chamaram o voto desde o primeiro turno, e queriam que o sindicato estivesse alinhado, há anos, com a candidatura de Lula.

Os membros destas duas chapas se uniram no último Congresso da entidade para aprovar a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Não querem um entrave, mesmo que restrito, à política aberta de conciliação de classes com o governo de esquerda. Não querem mais alimentar a política majoritária da Central, dirigida pelo PSTU, e cada qual tem sua própria definição de como aparelhar as entidades sindicais, seja por meio da volta à CUT (petista), ou pela criação de novos “fóruns” ou “centrais” (PSOL e PCB).

A vitória de qualquer uma destas duas chapas é subordinação de nosso sindicato à política do governo Lula, que, por sua vez, é de submissão aos interesses do capital financeiro (política do “arcabouço fiscal”, que substituirá o Teto dos gastos). O que fizeram na Campanha Unificada dos servidores públicos federais de 2023 deve se repetir nos próximos anos, porque terão sempre pronto o discurso de que é preciso combater a “direita fascista”, e que esse governo foi uma “vitória dos trabalhadores” (mesmo que a política econômica seja a mesmíssima que suga o orçamento federal dos sucessivos governos, em proveito do capital financeiro).

UM GOVERNISMO ENVERGONHADO

A chapa 2, “ANDES-SN Classista e de Luta”, é formada pelo Coletivo Rosa Luxemburgo, com militantes que já dirigiram o ANDES-SN, e com o CAEL, que reúne militantes do PSTU. Coloca-se à esquerda das duas chapas concorrentes, porque, por exemplo, se tem oposto às decisões cada vez mais antideomocráticas da atual diretoria na condução dos Congressos, e não embarcou na política aparelhista de desfiliação da CSP-Conlutas, encabeçadas pelas outras duas.

Muitos companheiros poderiam se questionar por que não defender, então, o voto na Chapa 2, que têm um histórico mais à esquerda.

Basicamente, por dois motivos não chamamos o voto na Chapa 2. O primeiro é que não votamos apenas pelo histórico de alguns militantes, mas no programa da chapa. E este ainda é de defesa do atual governo, e de ilusão de que, de fato, foi uma vitória dos trabalhadores. Afirma, em seu Programa completo: “A frente ampla liderada por Lula inclui frações da burguesia que tentarão manter o programa neoliberal em curso. Ao movimento sindical cabe fortalecer a unidade e se mobilizar nas ruas para combater a agenda burguesa e pressionar para que governo atenda as pautas da classe trabalhadora, seja no plano imediato de combate à fome e ao desemprego, seja revertendo as contrarreformas e as medidas de ajuste fiscal comprometidas com o capital financeiro”. A frente ampla de Lula não “inclui” frações da burguesia. Ela foi fundada por estas frações. Não existe uma “agenda burguesa”, há um programa, que, desde a campanha, se comprometeu em manter a “responsabilidade fiscal”, que pode ser lido por diferentes nomes: ajuste, rigor, âncora, arcabouço, etc. É o mesmo programa que, em essência, elegeu Bolsonaro e que garantiu pagamentos de trilhões de reais todos os anos para o capital financeiro, por meio do pagamento de juros da Dívida Pública. Esta política nunca foi rompida por nenhum governo, de direita, de esquerda ou de “centro”. É esta mesma política que garantirá o retorno do superávit primário pelo desenho da política econômica do petista Haddad. Neste momento, não há como votar em um programa sindical que, concretamente, não se oponha ao programa deste governo, que defina abertamente uma oposição a este governo (e não a governos possíveis da “direita fascista”). Como em muitos países, a política de austeridade fiscal, imposta pelas frações imperialistas, pelo grande capital financeiro, será colocada em prática por qualquer governo, seja o de “centro-direita” de Macron, contra a direita fascista, de Le Pen, ou de “centro-esquerda” de Lula. Não há como reverter as contrarreformas, defender emprego, salário, direitos, parar a sangria das riquezas nacionais, se não se chocar contra esse governo e a sua política, que beneficia o grande capital nacional e internacional. Não há, no programa da Chapa 2, uma única vez que coloque a “oposição” a este governo. Defender os servidores, a classe operária e o conjunto dos trabalhadores passa por esta oposição.

O segundo motivo é que, nem esta chapa, nem as demais, encarnam uma movimento real da categoria, da classe. É possível, em momentos de luta, de mobilização, de greve, que uma chapa formada a partir da frente única de luta encarne uma luta geral dos trabalhadores, mesmo que essa frente tenha um programa político rebaixado, mesmo que suas direções tenham e difundam ilusões nos governos burgueses. Neste caso, frente de luta que conforma a chapa representa na prática uma oposição aos governos e aos capitalistas, quando está em luta por direitos, por salários,

pelos empregos e contra as políticas privatistas. Que lutas tivemos nos últimos anos no funcionalismo? Não existiram, porque as direções sindicais, e os grupos e as correntes de esquerdas embarcaram de corpo e alma na política de isolamento social, até meados de 2022, mesmo quando as massas assalariadas estão morrendo de fome e pela Covid, pelo fracasso da política burguesa do isolamento social, impossível em uma sociedade de classes altamente desigual como a nossa. Em 2022, quando as direções dos Fóruns de servidores blefaram em uma Campanha Unificada, os servidores de INSS levantaram uma greve de dois meses, mas ficaram absolutamente isolados. O uso das assembleias e atos virtuais ainda prevaleceram. No caso do ANDES-SN, mantiveram-se, durante todo o ano, os atos por delegação, com algumas dúzias de representantes sindicais em “aeroportos” e no Congresso.

Governo federal mostra quais são suas prioridades para a política orçamentária

Com muito estardalhaço, o governo federal anunciou, em 19 de abril, a recomposição do orçamento das universidades e institutos federais, com um incremento de R\$ 2,44 bilhões, o que, segundo todas as entidades da Educação, incluindo o ANDES-SN, é insuficiente para recompor as perdas da última década. Se formos apenas para os gastos de “investimento”, entre 2014 a 2018 (quando não era ainda o governo de Bolsonaro), o valor foi, de R\$ 11,3 bilhões, para R\$ 4,9 bilhões. Toda a expansão das universidades e institutos, promovidos na década anterior, foram interrompidos. Os dois anos da Pandemia, com aulas e atividades remotas, mascararam o endividamento da rede federal de ensino, que já vinha enfrentando dificuldades desde 2015, quando o orçamento geral para Educação despencou, ainda no governo Dilma. Os gastos gerais efetivados com educação, em 2014, foram de mais de R\$ 150 bilhões de reais; em 2021, já estavam em um pouco mais de R\$ 118 bilhões. Aí está o grande rombo.

Na propaganda governamental, compareceram direções do movimento docente e estudantil, para aplaudir a ação de “recomposição” do orçamento da educação e ciência. A direção do ANDES-SN soltou uma nota, indicando que o valor está “muito aquém da necessidade real das nossas instituições”, e que “as prioridades de destinação dos recursos não atendem às reais necessidades de docentes, técnicos e estudantes”.

No mesmo dia em que anuncia este irrisório valor, anuncia a proposta de ancoragem fiscal, que pode, segundo estimativas de economistas, já teria economizado cerca de R\$ 64 bilhões por ano em gastos sociais, só nos últimos 5 anos. Já se pode prever o que acontecerá nos

próximos. Aí está o governo que representou a “vitória dos trabalhadores”. É um governo do grande capital financeiro, como os anteriores.

O FONASEFE, que reúne uma parte dos servidores públicos federais, e que inclui nosso sindicato, disse que realizará de forma híbrida um seminário, nos dias 28 e 29 de abril, para debater o “novo arcabouço fiscal” (que, de “novo”, só tem a roupagem, pois, em essência, é o aprofundamento da política de manutenção de pagamento da Dívida Pública), e a Campanha Salarial de 2024. Pois esta foi uma promessa, ao assinar os Termos do Acordo que selou os 9% de reajuste em 2023: preparar a Campanha Salarial de 2024.

Pois bem: para recompor os orçamentos da Educação, da Ciência e Tecnologia, para garantir reajuste das perdas históricas, para garantir a revogação das contrarreformas, para lutar por mais direitos, por empregos e por salários dignos, é preciso urgentemente varrer com a política de colaboração das direções sindicais, romper a conciliação com o atual governo, e erguer uma verdadeira Campanha nacional e unificada do funcionalismo público.

No caso do ANDES-SN, é preciso que sejam convocadas amplamente as assembleias de base e as assembleias gerais universitárias, para organizar a frente de estudantes, de professores e de técnicos. Para isso, é necessário levantar, no interior da Campanha, as reivindicações que unificam todos. Uma verdadeira Campanha pode conquistar, na prática, a independência política das entidades sindicais, e garantir vitórias para os trabalhadores e para a Educação pública.

Neste Primeiro de Maio de 2023, é preciso defender a vida dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos pelo capitalismo!

É fundamental a defesa da real independência de classe nos movimentos e organizações. O que leva necessariamente ao combate às medidas governamentais, e ao próprio governo. Assim como aos governos estaduais e municipais. E aos capitalistas, em seu conjunto.

Por isso, nossa defesa da unidade das massas neste 1º de Maio é da unidade ao redor das reivindicações, dos métodos da luta de classes, da real independência de classe e da luta internacionalista do proletariado contra o imperialismo, que é a burguesia mundial. É preciso construir a frente única anti-imperialista, sob a direção e o programa do proletariado, para combater a burguesia nacional e internacional. Contra a conciliação de classes, promovida pelas direções, que desviam as massas e suas reivindicações para o campo das instituições da burguesia, o parlamento e a justiça burguesa, assim como para as negociações que acontecem no campo da

destruição dos salários, dos empregos e dos direitos. Por um 1º de Maio Internationalista e Proletário! Com real independência de classe! De defesa das reivindicações com os métodos da luta de classes! De combate aos governos burgueses e à burguesia de dentro e de fora do país! De defesa das conquistas revolucionárias do proletariado mundial, contra a guerra promovida pelos países imperialistas e a OTAN! Pela unidade mundial proletária, todo apoio às lutas dos operários e demais trabalhadores na Europa e no resto do mundo! Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia! Oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin! Erguer a luta de classes em defesa das reivindicações gerais e específicas das massas! Unificá-las sobre a base de uma plataforma unitária de reivindicações comuns! Construir o partido proletário revolucionário internacionalista, que ajude as massas a caminharem para a destruição revolucionária do capitalismo e construção do socialismo!